

INICIATIVA
José Ribeiro Soares Júnior
Câmara Municipal de Cabedelo-PB
José Cristina H. de Faria
VISTO



PUBLICAÇÃO
Câmara Municipal de Cabedelo/PB
Quilômetro Oficial de Cabedelo
do dia 16 a 31 de dezembro 2002
Visto

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Lei Complementar N.º 12

De 27 de dezembro de 2002

ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEIS
COMPLEMENTARES Nº 02/97 E 08/01, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º O art. 8º da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 8º O agente passivo da obrigação tributária durante a ação fiscalizadora poderá recolher antecipadamente os valores reputados devidos pela fiscalização no prazo de 10 (dez dias), liquidando-os total ou parcialmente. Findo este prazo e constatada as irregularidades, a autoridade fiscal poderá aplicar as penalidades previstas em lei.”

Art. 2º O art. 12 da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 12. O recolhimento dos tributos deverá ser feito através de instituições financeiras conveniadas e seus respectivos correspondentes bancários com a Prefeitura Municipal, devidamente autorizadas pelo Secretário de Finanças através de contrato de prestação de serviço de arrecadação de tributos municipais.”

Art. 3º A letra “c” do inciso I do art. 70 da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 70. [...]”

I – [...]”

c) a pessoa física que admitir, para o exercício da sua atividade profissional, mais do que 03 (três) empregados ou 01 (um) ou mais profissionais da mesma habilitação do empregador.”

[Assinatura]



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º O art. 71 da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, alterado pela Lei Complementar nº 08 de 26 de dezembro de 2001, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 71. Consideram-se responsáveis pelo pagamento do imposto, qualificados como substitutos tributários:

I – os construtores, empreiteiros principais e administradores de obras hidráulicas de construção civil ou de reparação de edifícios, estradas, logradouros, pontes e congêneres; pelo imposto relativo aos serviços prestados por sub-empreiteiros, exclusivamente de mão de obra;

II – as autarquias, os órgãos de regime especial, as sociedades de economia mista, as empresas e as fundações da administração pública direta e da indireta do Município, dos estados e do governo federal, em relação aos serviços que lhe forem prestados;

III – os administradores de obra, pelo imposto relativo a mão-de-obra, inclusive sub-contratados, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra ou contratante;

IV – os construtores, os empreiteiros principais ou quaisquer outros contratantes de obra de construção civil, pelo imposto devido por empreiteiras ou sub-empreiteiras não estabelecidas no Município;

V – os titulares de direito sobre prédios ou os contratantes de obra e serviços, se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reformas, reparação ou acréscimos destes bens, pelo impostos devidos dos construtores ou empreiteiros;

VI – os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no município e relativo a exploração desses bens;

VII – os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no município, e relativos à exploração desses bens;

VIII – os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador de serviço inscrito no órgão fiscal competente pelo imposto devido sobre esta atividade;

IX – as instituições financeiras, em relação aos pagamentos de guarda e vigilância, conservação e limpeza, transporte de valores e fornecimento de mão-de-obra e locação de qualquer natureza;

JA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

X – as empresas seguradoras, em relação às comissões pagas pelas corretagens de seguros e sobre os pagamentos de serviços de conserto de bens sinistrados;

XI – as empresas, inclusive cooperativas, que explorarem serviços de planos de saúde ou de assistência médica, hospitalar, odontológica ou congêneres, ou de seguros, através de planos de medicina de grupo e convênios, em relação aos serviços de agência de corretagem dos referidos planos de seguro, remoção de doentes, serviços hospitalares, clínicas, sanatórios, ambulatorios, pronto-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação, clínicas de fisioterapia, eletricidade médico, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;

XII – as empresas administradoras de cartões de crédito, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços prestados pelos estabelecimentos filiados localizados no município, quando pagos através de cartão de crédito por ela emitido;

XIII – os que efetuarem pagamentos de serviços de terceiros não identificados, pelo imposto cabível nas respectivas operações;

XIV – os que utilizarem serviços de empresa, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores as respectivas notas fiscais de serviços;

XV – os que utilizarem serviços de profissionais autônomos, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal ou de inscrição no cadastro mercantil do município;

XVI – as empresas de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências de viagens e operadoras turísticas estabelecidas no município, relativas às vendas de passagens aéreas;

XVII – os titulares de direito sobre imóveis, pelo imposto incidente relativo às comissões devidas sobre as vendas de seus imóveis;

XVIII – as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos permitidos pela legislação, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

XIX – as operações turísticas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas aos seus agentes e intermediários;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

XX – as agências de propaganda, pelo imposto devido pelos prestadores de serviço classificados como produção externa;

Parágrafo único. Para efeito deste inciso, considera-se produção externa os serviços de composição gráfica, de fotolito, de fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e truçagem de elaboração de cenários, painéis e efeitos decorativos, desenhos, textos e outros materiais publicitários;

XXI – as empresas proprietárias de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados em estabelecimentos de terceiros sobre controle de co-exploração, pelo imposto devido sobre a parcela da receita bruta auferida pelo co-explorados;

XXII – os hospitais e clínicas, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados:

a) por empresas de guarda e vigilância e de conservação e limpeza;
b) por laboratórios de análise de patologia e de eletricidade médica e assemelhados;
c) por banco de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como por empresas que executem remoção de pacientes quando seu atendimento se fizer na forma referida na alínea anterior;

d) os estabelecimentos de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a ele prestados por empresas de guarda e vigilância, e de conservação e limpeza, locação e manutenção em geral de equipamentos;

XXIII – as empresas de rádio e televisão, pelo imposto devido sobre os serviços a ela prestados pelas empresas de guarda e vigilância, e de conservação e limpeza, locação, manutenção e leasing de equipamentos, fornecimento de cachê de artista e figurantes, serviços de locação de transporte rodoviários de pessoas, materiais e equipamentos;

XXIV – os condomínios residenciais, pelo imposto devido sobre os serviços a ele prestados por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 1º A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o pagamento:

a) do imposto retido das pessoas físicas ou jurídicas, com base no preço do serviço prestado, aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida;

§ 2º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior é referente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

§ 3º A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada em documento fiscal emitido pelo prestador de serviço e comprovada mediante a aposição de carimbo em uma das vias pertencente ao prestador de serviço admitido em substituição à declaração da parte pagadora.

§ 4º O carimbo a que se refere o parágrafo anterior deve conter dados capazes de identificar com precisão o tomador do serviço e a expressão ISS RETIDO.

§ 5º Nas hipóteses previstas neste artigo, caberá ao responsável, a retenção na fonte do valor correspondente ao imposto devido, e o seu recolhimento na forma do art. 86, da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997.”

Art. 5º O art. 76 da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 76. A alíquota do imposto nas atividades em que o preço do serviço for utilizado com base de cálculo, são as seguintes:

I – execução por administração, empreitada ou sub-empreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectivas engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares – 5% (cinco por cento);

II – empresas de rádio, jornal, revista ou de televisão – 4% (quatro por cento);

III – Diversão Pública – 10% (dez por cento);

Parágrafo único. A Atividade cinemas, constante da alínea “a”, do item 59, da Lista de Serviços, Anexo I, a esta Lei Complementar, pagará o ISS mediante aplicação da alíquota de 3% (três por cento).

IV – empresas que tenham como atividade principal, o turismo – 3% (três por cento);



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

V – empresas seguradoras de vida, imóveis ou automóveis, planos de saúde ou de previdência privada – 3% (três por cento);

VI – empresas que tenha como atividade principal, serviços de informática – 3% (três por cento);

VII – demais atividades – 5% (cinco por cento).”

Art. 6º O art. 77 da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, passará a ter com a seguinte redação:

“Art. 77.

Parágrafo único. O pagamento do imposto mencionado neste artigo, poderá ser efetuado em até 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no dia do vencimento da parcela única, sendo, ainda, concedido um desconto de 10% (dez por cento) do valor do imposto quando recolhido integralmente até a data do vencimento da primeira parcela.”

Art. 7º Os incisos I e II do art. 86 e o § 5º do inciso III do art. 86 da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, passarão a ter as seguintes redações:

“Art. 86. [...]

I – mensalmente, todo dia 10 do mês subsequente a prestação do serviço ou primeiro dia útil seguinte, nas hipóteses do artigo 70, inciso I, letras “a”, “b” e “c”, da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997 e quando se tratar do imposto sujeito ao desconto na fonte;

II – anualmente, até o dia 31 de março, referente ao exercício em curso, no caso do artigo 70, inciso II, letras “a” e “b”, da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997;

III – [...]

§ 5º O imposto é considerado devido após o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, para os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal, e para contribuintes sujeitos ao pagamento anual, após o dia 31 (trinta e um) do mês de março do corrente exercício para os contribuintes definidos no artigo 70, inciso II, alíneas “a” e “b”.

Art. 8º O art. 131 da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, passará a ter a seguinte redação:

JA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

“Art. 131. A Taxa de Serviços Diversos – TSD é devida pela prestação efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis ao contribuinte e incide sobre:

I – de cemitério;

II – de utilização de próprio municipal;

III – de utilização de serviço público municipal como contraprestação em caráter individual, assim compreendido:

1 – aprovação de:

- a) loteamento ou arruamento;
- b) projetos para construção;
- c) plantas para locações diversas.

2 – alinhamento;

3 – avaliação de imóveis;

4 – armazenamento em depósito municipal;

5 – averbação de transferência de terrenos;

6 – averbação de prédios ou de qualquer outra construção;

7 – baixa em lançamento ou registro;

8 – demarcação de imóveis;

9 – estudo de planta para edificações de obras diversas;

10 – fornecimento de alvarás de localização e funcionamento;

11 – inspeção em estabelecimentos comerciais;

12 – mecanização ou autenticação em documentos;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

- 13 – títulos de aforamento de terreno e perpetuidade de sepulturas;
- 14 – vistorias de prédios ou construção residencial ou comercial;
- 15 – remoção de resíduos não residencial;
- 16 – expedição de certidões;
- 17 – expedição de primeiras e segundas vias de documentos;
- 18 – emissão de guias para recolhimento de tributos municipais;
- 19 – autenticação de plantas arquitetônicas e urbanísticas;
- 20 – outros serviços prestados em caráter individual.

§ 1º A fixação dos preços para os serviços públicos, terá como base o custo unitário.

§ 2º Quando não for possível a obtenção do custo unitário, a fixação será feita levando-se em consideração o custo total do serviço verificado no último exercício, o volume prestado no exercício encerrado e a prestar no exercício considerado.

§ 3º O custo total compreenderá o custo de produção, manutenção e administração do serviço acrescido das reservas para recuperação de equipamentos e expansão do serviço.

§ 4º A fixação dos preços públicos será feita pelo Poder Executivo, através de Portaria da Secretaria de Finanças e publicada no Quinzenário Oficial do Município.

Art. 9º O art. 176 da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 176. A inscrição do débito em dívida ativa far-se-á 90 (noventa dias) após o prazo fixado para pagamento, ou ainda, após decisão terminativa proferida em processo fiscal.

JF.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Os débitos de qualquer natureza com a Fazenda Municipal, sem prejuízo da respectiva liquidez, deverão ser inscrito na dívida ativa do Município, pelo valor e em quantidade de UFMC."

Art. 10. O art. 237 da Lei Complementar nº 02 de 30 de dezembro de 1997, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 237. Os tributos e multas previstos na legislação tributária municipal de Cabedelo estabelecidos em coeficientes fixos, serão calculados com base na Unidade Fiscal do Município de Cabedelo – UFMC, instituída por lei.

Parágrafo único. A unidade de UFMC do município será corrigida anualmente, até o limite dos índices correspondentes aos acréscimos do INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou, ainda, por outro índice de preço que o Governo Federal venha a instituir em sua substituição."

Art. 11. Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir da publicação no Quinzenário Oficial do Município.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 27 de dezembro de 2002; 180º da Independência, 113º da República e 46º da Emancipação Política Cabedelense.


JOSÉ RIBEIRO FARIAS JÚNIOR

Prefeito